

**RELATÓRIO DE GESTÃO DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL
JUNTO À UNIÃO EUROPEIA
EMBAIXADORA VERA MACHADO**

1 Ainda que circunstâncias políticas e econômicas internas de parte a parte possam ter contribuído para que o potencial da cooperação bilateral não tenha sido plenamente realizado nos últimos três anos, o relacionamento entre o Brasil e a União Europeia (EU) manteve-se em nível condizente com a relevância que ambas as partes atribuem uma à outra.

2. A profunda afinidade de valores que alicerça as densas relações do Brasil com a Europa representa inegável trunfo na condução de nossa agenda com Bruxelas. Tal fica patente em cada contato mantido com interlocutor da União Europeia e reforça a percepção de que se deverá continuar a conferir alta prioridade à Parceria Estratégica com a UE, que, desde seu lançamento, em 2007, propiciou intenso exercício de fortalecimento e diversificação dos canais institucionais de diálogo, de que são mostra, "inter alia", os mais de 30 diálogos setoriais hoje existentes, cobrindo ampla gama de temas políticos e econômico-comerciais.

3. Ao lado das relações bilaterais propriamente ditas, as relações birregionais, quer em sua vertente Mercosul-UE, quer na forma do diálogo entre a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a UE constituem elemento a que também se atribuiu foco especial ao longo da gestão da antiga titular do posto. Enquanto, no primeiro caso, longo processo de tratativas culminou, em maio último, com troca de ofertas iniciais de acesso a mercados entre as partes, no âmbito do exercício CELAC-UE, foi realizada, em junho de 2015, a II Cúpula do foro, a qual contou com a presença da Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff.

4. Em 2013 realizou-se, em 21 de novembro, a XV Reunião da Comissão Mista bilateral, precedida por reunião do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais. O encontro permitiu proveitoso exercício de avaliação de parte importante dos diálogos setoriais estabelecidos entre o Brasil e a UE, bem como outros aspectos da cooperação bilateral. Confirmou-se, na ocasião, a importância do foro como instância técnica de acompanhamento das iniciativas levadas a cabo no âmbito da cada vez mais diversificada agenda Brasil-UE e, nesse sentido, seu importante papel

como instrumento de preparação das instâncias mais altas de diálogo, em particular das Cúpulas bilaterais.

5. Pouco depois, teve lugar, também em Bruxelas, a III Reunião do Mecanismo de Diálogo Político Brasil-UE em Nível de Altos Funcionários, que propiciou intercâmbio dos mais profícuos não apenas sobre os respectivos quadros regionais e os grandes temas da agenda internacional, mas também sobre questões de natureza bilateral. Nesse contexto, a parte europeia reiterou o interesse da UE em firmar com o Brasil acordo-quadro que permita ao País participar de operações de gerenciamento de crises internas da União Europeia.

Recorde-se que tal ideia tem sido vista com reticência pelo lado brasileiro, em face tanto da prioridade conferida pelo Brasil às missões de paz no âmbito das Nações Unidas, quanto das dificuldades de natureza legal e administrativa que a proposta encerraria.

6. A possibilidade de fortalecimento da ação conjunta na área da segurança cibernética foi discutida na ocasião. Naquele momento, ambas as partes procuravam ainda definir sua resposta às revelações de Edward Snowden sobre a interceptação de comunicações levada a cabo pela NSA. Também naquela oportunidade passava-se a registrar crescente preocupação do lado europeu com os desenvolvimentos na Ucrânia, tema que assumiu particular relevância na definição das prioridades da ação externa da União Europeia no restante da gestão da embaixadora Vera Machado. A crise ucraniana, agravada com a anexação da Crimeia e o conflito no leste do país, tornou-se, então, objeto de crescente atenção da delegação brasileira, que também passou a acompanhar de perto a resultante deterioração das relações entre Bruxelas e Moscou, marcada pela imposição de sanções de parte a parte entre outros desdobramentos.

7. Prevista para realizar-se em abril de 2015, a IV Reunião do Mecanismo teve de ser adiada, por dificuldades de agenda da Secretária-Geral Adjunta do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE), Helga Schmid. Embora não se tenha podido agendar nova reunião, foram constantes os contatos da antiga titular desta Missão com aquela autoridade do SEAE durante os três anos de sua gestão. Tais contatos invariavelmente contribuíram para uma melhor leitura pelo posto da ação externa da União Europeia nas questões mais candentes da agenda internacional. Dentre estas, cabe ressaltar as tratativas sobre o dossiê nuclear iraniano, em que Schmid esteve diretamente envolvida, além das crises na Síria, no Iraque e

na Líbia, as perspectivas do processo de paz no Oriente Médio e o conflito na Ucrânia, entre outras. A prioridade atribuída por Bruxelas a esses temas refletiu-se na atenção que lhes foi dedicada pela Missão nos últimos três anos. Nesse contexto, cumpre mencionar a realização, em julho de 2013, em Bruxelas, de reuniões dos diálogos bilaterais sobre assuntos de paz e segurança internacionais, sobre temas das Nações Unidas e sobre desarmamento e não proliferação. Nova edição de tais diálogos teve lugar, em Brasília, em abril de 2015.

8. Em 24 de fevereiro de 2014, realizou-se, em Bruxelas, a VII Cúpula bilateral. A Delegação brasileira foi chefiada pela Sra. Presidente da República, enquanto a União Europeia esteve representada pelos então Presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. O evento propiciou discussão proveitosa sobre questões centrais das agendas bilateral e birregional, bem como a respeito de temas regionais e globais de interesse mútuo. Os debates foram caracterizados por marcado clima de entendimento e evidenciaram coincidências de pontos de vista sobre os caminhos a serem seguidos para o adensamento das relações bilaterais. Até mesmo o tratamento de assuntos de inegável sensibilidade - como foi o caso das consultas entre Brasil e UE na Organização Mundial do Comércio (OMC) referentes a medidas tributárias brasileiras (Inovar-Auto e certos incentivos à Zona Franca de Manaus) - deu-se de forma franca e construtiva e em nada afetou a atmosfera positiva do encontro. A percepção de ambas as partes da importância de fazer avançar as tratativas do acordo de associação entre o Mercosul e a UE deu o tom dos trabalhos de reunião de Cúpula que serviu para atestar a prioridade que os dois lados atribuem à Parceria Estratégica.

9. A Cúpula praticamente coincidiu com o desfecho da Revolução da Maidan, na Ucrânia, e a derrubada do Presidente Viktor Yanukovich, desdobramentos que vieram a se somar a uma sucessão de eventos que já haviam tornado o tema ucraniano "uma questão central da política europeia", conforme definiu Van Rompuy na oportunidade.

10. Com exceção da reunião de atualização do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais, realizada em junho, verificou-se hiato na sequência de reuniões dos mecanismos de diálogo de alto nível ou de abrangência temática mais ampla ao longo de 2014, período marcado, no contexto da União Europeia, por eleições para o Parlamento Europeu e a

escolha e posse dos novos Presidente da Comissão Europeia, Colégio de Comissários e Presidente do Conselho Europeu. Tais processos foram objeto de extensa informação do posto. O resultado do pleito para o Legislativo da União Europeia, com o crescimento de agremiações céticas em relação à União Europeia (ditas "eurocéticas") em quase todo o continente - à esquerda e à direita do espectro político -, fez crescer a percepção entre os líderes europeus da necessidade de proceder a mudanças no projeto de integração, de modo a torná-lo mais relevante para o cidadão. A surpreendente decisão favorável ao "Brexit" no plebiscito britânico de 23 de junho passado veio reforçar, de maneira dramática, as divergências no âmbito da UE sobre como lidar com os desafios que o bloco tem diante de si, tanto no plano interno - em que a prioridade parece ser agora desestimular efeito dominó da decisão do Reino Unido -, quanto no externo, especialmente em sua vizinhança a leste e a sul. Se são frequentes as indicações de que a decisão britânica exige uma "reação europeia", parece inexistir entendimento comum sobre o que isto implica. Alguns enfatizam a necessidade de avançar o processo integracionista por meio de um "relançamento" ou "refundação", capaz de superar resistências e assegurar vínculos mais profundos. Outros, contudo, por meio de leitura oposta, interpretam o voto britânico não como um convite para novas iniciativas, e sim como uma advertência sobre a necessidade de respeitar os interesses das sociedades e evitar propostas desprovidas de apoio popular.

11.Reuniões dos mecanismos de diálogo bilateral foram retomadas no ano de 2015, com a realização de novo encontro do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais e da XVI Reunião da Comissão Mista bilateral, em Brasília, em 28 de abril. Esta última possibilitou avaliar o estado final de implementação das ações acordadas no Plano de Ação Conjunta 2012-2014 da Parceria Estratégica, bem como debater as perspectivas para a cooperação futura, tendo em conta o andamento dos diálogos setoriais existentes. A exemplo de edições anteriores, representou exercício amplo de avaliação da cooperação bilateral e, nesse sentido, contribuiu de forma importante para subsidiar a elaboração do Plano de Ação Conjunta 2016-2021, ora em fase final de negociação.

12.Em 9 de junho de 2015, a Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, recebeu o então Ministro de Estado, embaixador Mauro Vieira, para almoço de trabalho na sede do SEAE, à margem da II Cúpula CELAC-UE. O

encontro versou sobre questões das agendas bilateral e birregional, bem como acerca de desenvolvimentos no contexto latino-americano e de desafios globais. Na ocasião, as partes coincidiram quanto à importância das relações bilaterais em suas diversas vertentes e ao caráter estratégico das tratativas sobre o acordo de associação entre o Mercosul e a UE. Ambos concordaram, ainda, em promover o diálogo em temas multilaterais.

13.No final de setembro, o então Ministro de Estado voltou a avistar-se com a Alta Representante, à margem da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Examinaram-se, na ocasião, as perspectivas de troca de ofertas no quadro das negociações de Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE, a crise migratória e de refúgio e as situações na Venezuela, na Colômbia e na Palestina. No que toca ao tema migratório, Federica Mogherini elogiou os esforços da população brasileira para receber e integrar as vítimas de conflitos armados. Como marco final das discussões bilaterais ocorridas no período de chefia da embaixadora Vera Barrouin Machado, realizou-se, em junho de 2016, a reunião de atualização do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais, que, como de praxe, examinou os resultados dos diálogos setoriais econômicos, explorou soluções para entraves às exportações e facilitou o intercâmbio de informações sobre temas técnicos e prioridades políticas.

DIÁLOGO INTERPARLAMENTAR

14.No que toca ao diálogo interparlamentar, o principal desdobramento durante a gestão da embaixadora Vera Barrouin Machado consistiu, inegavelmente, no estabelecimento da Delegação para as Relações com o Brasil no Parlamento Europeu (D-BR). Tratou-se de reconhecimento por parte daquela Casa do aumento do perfil do País na cena internacional, bem como da importância da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia. Com a decisão, a Delegação para as Relações com os Países do Mercosul deu lugar à Delegação para as Relações com o Mercosul (DEMER). A D-BR iniciou formalmente seus trabalhos em 1º de outubro de 2014. A convite de seu Presidente, o eurodeputado português Paulo Rangel (Grupo do Partido Popular Europeu - PPE), a antiga chefe do posto participou de um bom número de sessões da Delegação, ocasiões em que teve a oportunidade de tratar tanto de temas internos brasileiros, quanto

de questões atinentes às relações Brasil-UE e às negociações Mercusul-UE. Membros da D-BR realizaram missão a Brasília e Belo Horizonte em novembro de 2015, chefiada pelo Deputado Paulo Rangel, ocasião em que foram recebidos pelo então Ministro de Estado.

15. Em 2 de junho último, realizou-se em Brasília o XXIII Fórum Parlamentar Brasil-Europa, de que participaram, do lado do Parlamento Europeu, entre outros, os eurodeputados portugueses Francisco Assis (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu - S&D) e António Marinho e Pinto (Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa - ALDE, no acrônimo em inglês), respectivamente, Presidente da DEMER e Vice-Presidente da D- BR. O tema do evento foi "Desafios de Formulação de Políticas Comerciais e Sociais frente à Soberania Globalizada". O Fórum reveste-se de particular importância, na medida em que consiste em canal de diálogo interparlamentar com o envolvimento de diversos atores de ambas as partes. Em sua mais recente edição, tomaram parte, além de parlamentares brasileiros e europeus, representantes do Itamaraty, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICS), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Universidade de Brasília (UnB).

16. No dia 16 do mesmo mês, teve lugar, em Bruxelas, a II Reunião Interparlamentar Parlamento Europeu-Brasil. O encontro foi conduzido pelo Presidente do Grupo de Amizade Brasil-UE, Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e pelo eurodeputado António Marinho e Pinto. A delegação de deputados brasileiros, integrada também pelos deputados Pedro Vilela (PSDB/AL), presidente da CREDN da Câmara dos Deputados, Victor Mendes (PSD/MA), Pedro Fernandes (PTB/MA) e Gilberto Nascimento (PSC/SP), manteve, ainda, encontros com o eurodeputado Francisco Assis e com a Diretora-Executiva para as Américas do SEAE, Edita Hrda. A II Reunião Interparlamentar PE-Brasil propiciou oportunidade para discussão franca e direta sobre temas do interesse concreto de ambas as partes e ilustrou a importância do aprofundamento do diálogo entre o Congresso Nacional e o Parlamento Europeu no contexto da Parceria Estratégica Brasil-UE. São patentes os benefícios que o adensamento de tal diálogo traz para as relações bilaterais, conforme também atestaram o XXIII Fórum Parlamentar Brasil-Europa e a missão ao Brasil de eurodeputados da D-BR, acima citados, entre outros

eventos recentes. Justifica-se, assim, que se continue a envidar esforços no sentido de assegurar o estabelecimento de diálogo parlamentar regular e estruturado entre o Brasil e a UE, compromisso, de resto, assumido pelas partes nos Planos de Ação da Parceria Estratégica de 2008 e de 2011, e presente no texto ora em negociação.

17.No âmbito do diálogo parlamentar birregional, em junho de 2015, os Senadores Roberto Requião (PMDB/PR), Lídice da Mata (PSB/BA), Lindbergh Farias (PT/RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e o Deputado Federal Heráclito Fortes (PSB/PI) participaram, em Bruxelas, da 8ª Sessão Plenária Ordinária da Assembleia Euro-Latino-Americana (EuroLat), em cujo âmbito também tiveram lugar o Encontro EuroLat-Sociedade Civil e o Fórum Euro-Latino-Americano da Mulher. Na oportunidade, o Senador Roberto Requião foi eleito copresidente da EuroLat, pela parte latino-americana. No princípio de novembro passado, o eurodeputado espanhol Ramón Jáuregui Atondo (S&D), copresidente pelo lado europeu, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com parlamentares brasileiros e no Itamaraty, os quais se centraram na discussão das perspectivas de progressos nas negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE.

CELAC-UE

18.Em janeiro de 2013, alguns meses antes do início da gestão da embaixadora Vera Machado, realizou-se, em Santiago do Chile, a primeira Cúpula CELAC-UE, na esteira do início do funcionamento da Comunidade, em dezembro de 2011. A Cúpula de Santiago deu continuidade ao diálogo de alto nível entre as duas regiões, que remonta a 1999, quando os respectivos Chefes de Estado e de Governo se reuniram, no Rio de Janeiro, para "fortalecer os laços de um entendimento político, econômico e cultural entre as duas regiões, a fim de desenvolver uma parceria estratégica".

19.Pouco mais de dois anos depois, em junho de 2015, foi organizada a segunda Cúpula birregional, da qual emanaram a Declaração de Bruxelas e a Declaração Política, espécie de documento síntese sobre a parceria birregional. A Declaração de Bruxelas resultou em texto equilibrado, premido pela necessidade de acomodar as posições de 61 países. Para o Brasil, o exercício negociador revelou-se positivo, na medida

em que foi possível introduzir temas de interesse para o País que não haviam sido inseridos na proposta original europeia. Entre esses temas, vale destacar a importância do fortalecimento do sistema multilateral, a necessidade de conferir equilíbrio aos três pilares do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP (desarmamento, não proliferação e uso pacífico da energia nuclear) e o compromisso de dar seguimento aos esforços com vistas à plena implementação das reformas do sistema de quotas do FMI. Na Declaração Política, os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a levar a cabo exercício de reflexão sobre o futuro das relações birregionais.

PLANO DE AÇÃO CELAC-UE 2015-2017

20. Nos meses que antecederam a Cúpula de Bruxelas, foram também realizadas negociações para atualizar o conteúdo do Plano de Ação CELAC-UE 2015-2017. Desde o lançamento do instrumento original, em 2010, seu texto não havia passado por processo de revisão. Em cada capítulo, o Plano de Ação procura identificar áreas a serem objeto de troca de experiências e informações, de formação de parcerias ou de programas de cooperação. Ao longo dos anos, algumas matérias incluídas no Plano de Ação deram origem a foros técnicos específicos, a exemplo do Mecanismo de Coordenação e Cooperação em Matéria de Drogas; o Diálogo Abrangente e Estruturado sobre Migrações; e a Iniciativa Conjunta de Pesquisa e Inovação. A partir de 2015, capítulos novos foram incorporados ao Plano de Ação, que passou a ter a seguinte estrutura: 1. Ciência, pesquisa, inovação e tecnologia; 2. Desenvolvimento sustentável; meio ambiente; mudança do clima; biodiversidade; energia; 3. Integração regional e interconectividade para promover a inclusão e coesão social; 4. Migração; 5. Educação e emprego para promover inclusão e coesão social; 6. O Problema Mundial das Drogas; 7. Gênero; 8. Investimentos e empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável; 9. Educação Superior; e 10. Segurança cidadã.

21. Nos últimos meses, no âmbito do citado exercício de reflexão, os países da CELAC têm-se dedicado a negociar documento de avaliação sobre os programas e iniciativas do Plano de Ação CELAC-UE 2015-2017, tarefa mandatada pelos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da segunda Cúpula birregional. Espera-se que o texto final do documento

figure entre os resultados da próxima reunião ministerial CELAC-UE, a realizar-se em outubro próximo, em Punta Cana, República Dominicana.

- FUNDAÇÃO EULAC

22. Após anos de negociações, o texto do Convênio Constitutivo da Fundação EULAC encontrava-se, em 2015, praticamente fechado, havendo sido, até mesmo, objeto de rubrica da Alta Representante e do MNE do Equador (país que ocupava a Presidência "Pro Tempore" da CELAC) por ocasião da segunda Cúpula CELAC-UE, em junho daquele ano. Discordâncias supervenientes, já superadas, atrasaram o processo negociador. Vislumbra-se, portanto, como forte a possibilidade de que o Convênio seja firmado por ocasião da Reunião de Ministros de Relações Exteriores CELAC-UE, em outubro próximo.

- CÚPULA ACADÊMICA

23. Em junho de 2015, realizou-se, em Bruxelas, no contexto da segunda Cúpula CELAC-UE, a II Reunião de Cúpula Acadêmica birregional. Na oportunidade, buscou-se seguimento às discussões e às ações planejadas na primeira edição do evento, em Santiago do Chile, na qual foi criado o Fórum Acadêmico Permanente América Latina e Caribe - União Europeia (FAP ALC-UE). A Declaração final da II Cúpula Acadêmica registrou, entre outras, proposta de criação de agências de avaliação e de acreditação acadêmica nos âmbitos regional e birregional.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, TEMAS EDUCACIONAIS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

24. A cooperação entre o Brasil e a União Europeia nas diversas áreas de ciência e tecnologia, em temas educacionais e de sociedade da informação avançou de forma consistente durante a gestão da embaixadora Vera Machado no posto. Os bons resultados devem-se, em grande medida, aos contatos e entendimentos que puderam ser estabelecidos diretamente entre setores da Comissão Europeia (incluindo a Delegação da UE em Brasília) e diferentes instâncias técnicas do Governo federal. A Missão

envolveu-se diretamente nos eventos organizados em Bruxelas e contribuiu para a fluidez da interlocução entre a Comissão e as autoridades brasileiras. Já a área de cooperação técnica é singular. Desde 2014, com sua graduação pela UE à condição de país industrializado ou de alta renda, o Brasil deixou de ser favorecido por programas bilaterais europeus, embora ainda receba recursos no âmbito de projetos da União Europeia para a América Latina.

25.A cooperação em ciência e tecnologia abrange áreas tão diversas como ciências do mar e pesquisa diversas em segurança alimentar, agricultura sustentável, bioeconomia e fontes de energia renováveis. Destaca-se também a área de fusão nuclear, no quadro do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Agência Europeia de Energia Atômica (EURATOM), que entrou em vigor no Brasil em abril último. Outro ponto importante é a cooperação entre o MCTI e o "Joint Research Center" (JRC). Desde junho de 2013, os dois órgãos têm organizado profícuos encontros anuais para a avaliação de suas atividades conjuntas, que abrangem áreas como prevenção de desastres e gerenciamento de crises, uso sustentável de recursos naturais, tecnologias de informação e telecomunicações, gestão de recursos hídricos e análise de imagens de satélite. Iniciativa central para o apoio e fomento às diversas iniciativas tem sido o projeto "Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil", coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pela Delegação da UE em Brasília e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Um dos seus diversos segmentos é, justamente, a área de ciência e tecnologia.

26.A cooperação educacional tem permitido intensa troca de informações e resultou em reuniões de alto nível, como o "Seminário Brasil-União Europeia sobre Mobilidade Acadêmica, Internacionalização e Inovação", em Brasília, em outubro de 2013, e o "Fórum Brasil-União Europeia sobre a Internacionalização da Educação", em Bruxelas, em fevereiro de 2014. Já a cooperação em temas da sociedade da informação tem sido objeto de reuniões bilaterais anuais, que abrangem iniciativas em áreas como computação em nuvem, Internet das Coisas (IoT), segurança cibernética, estratégias de políticas digitais, governança da Internet e redes ópticas. Recentemente, à margem do Congresso Mundial da Telefonia Móvel, realizado em Barcelona, em fevereiro último, o então Ministro das Comunicações, André Figueiredo, e o Comissário europeu de Economia e

Sociedade Digital, Günther Oettinger, firmaram instrumento sobre cooperação em tecnologia 5G.

DIREITOS HUMANOS

27.O respeito aos direitos humanos constitui valor fundamental do bloco, a ser observado pelos Estados-membros e na atuação externa da UE. Com hierarquia semelhante à dos principais Tratados do processo de integração europeu, a Carta dos Direitos Fundamentais elenca os direitos dos cidadãos e residentes na UE. Em que pese o reconhecimento, por parte de entidades afetas ao tema, dos importantes avanços propiciados por medidas da União Europeia no campo dos direitos humanos, critica-se a capacidade da UE de assegurar a observância destes no âmbito das liberdades, segurança e justiça, bem como aponta-se persistente discriminação contra determinados grupos sociais. No plano de sua atuação externa, o bloco adotou diretrizes sobre pena de morte, tortura e outros tratamentos cruéis, proteção de crianças em conflitos armados, proteção de defensores dos direitos humanos, observância do direito internacional humanitário e violência contra mulheres. Os acordos firmados pela UE com terceiros países e organizações regionais contêm cláusulas de defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como de sanções e de revogação do instrumento em caso de sua violação. No contexto multilateral, a defesa comunitária dos princípios democráticos, dos direitos humanos e do Estado de Direito nem sempre está revestida de imparcialidade e coerência.

28.De 2013 a 2016, realizaram-se duas edições das Reuniões do Diálogo Brasil-UE sobre Direitos Humanos. O IV Diálogo Brasil-UE sobre Direitos Humanos (Brasília, abril de 2014), contou com a participação do Representante Especial da UE para os Direitos Humanos, Stavros Lambrinidis, e da então Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, e constituiu oportunidade de enumerar as principais ações levadas a cabo na área, bem como de reiterar a disposição em aprofundar o diálogo e a parceria no assunto. A V edição do Diálogo (Brasília, setembro de 2015) abrangeu seminários com a sociedade civil e com o setor empresarial, ambos sobre o tema de empresas e direitos humanos e de defensores de direitos humanos, propostos pela parte europeia, além da reunião bilateral para o intercâmbio de informações

sobre políticas aplicadas, resultados obtidos e áreas de interesse comum para a atuação conjunta nos planos bilateral e multilateral.

29.Houve desenvolvimentos relevantes no que tange ao tratamento das temáticas de gênero, como a participação de seis parlamentares brasileiras na primeira edição do Fórum Global de Mulheres em Parlamentos (Bruxelas, novembro de 2013), a alocução da antiga chefe do posto no Fórum EUROLAT da Mulher (Bruxelas, junho de 2015), e a participação de autoridade brasileira, como oradora, no "Seminário CELAC-UE sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Econômico da Mulher" (Bruxelas, março de 2016).

30.A UE buscou, no período, aprofundar sua relação com a sociedade civil no Brasil. Nesse contexto, o SEAE formalizou compromisso estratégico com entidades brasileiras, destinado a "melhorar o impacto, a previsibilidade e a visibilidade da ação europeia", bem como ao desenvolvimento de "cooperação mais estruturada e estratégica" com aquele segmento. O documento pretende-se uma resposta a demandas daquelas entidades com "experiência sólida em gestão de fundos de origem privada, pública e estrangeira", com vistas a orientar a cooperação da Delegação da UE em Brasília e dos Estados- membros no Brasil entre 2014 e 2017.

31.Ao longo desse período de consolidação da parceria na promoção e proteção dos direitos humanos, o Brasil e a UE puderam identificar e avançar em áreas de interesse para atuação conjunta, como o direito à privacidade em meio digital, direitos humanos e responsabilidade social corporativa, direitos de pessoas com deficiência, enfrentamento do racismo e da discriminação racial, direitos da população em situação de rua, liberdade de religião e crença e direitos das pessoas LGBTI, proteção de defensores dos direitos humanos e prevenção da tortura.

MIGRAÇÕES

32.Durante a primavera setentrional de 2015 registrou-se grande intensificação do fluxo migratório em direção à UE, tanto pela via do Mar Mediterrâneo Central, a partir da costa líbia, quanto pela rota do Mar Egeu. O recrudescimento da crise migratória e de refugiados colocou a questão no topo da agenda de Bruxelas e, a exemplo da crise ucraniana e seus efeitos na relação com a Rússia, acabou por desviar a atenção do bloco de seus

vínculos com parceiros como o Brasil. As respostas de Bruxelas a tal desafio mereceram ampla atenção do posto até o fim da gestão da embaixadora Vera Barrouin Machado. Nesse contexto, caberá destacar, entre outras iniciativas, o lançamento de operação militar específica de combate aos traficantes de pessoas na Líbia, a decisão comunitária de promover mecanismo de redistribuição e realocação de requerentes de refúgio mediante o estabelecimento de cotas por Estado-membro - medida que se tem revelado de difícil implementação - e a conclusão de acordo com a Turquia para a redução do fluxo de migrantes daquele país, o qual levou à virtual cessação do uso da rota do mar Egeu.

33. Em diferentes instâncias de diálogo bilateral, Brasil e UE promoveram diálogo franco e abrangente sobre temas afetos às migrações e à mobilidade, o que propiciou o aprofundamento do conhecimento mútuo de realidades, limites, expectativas e intenções quanto à cooperação em assunto prioritário para ambas as partes e que ganha crescente visibilidade no contexto global, em suas vertentes política, econômica e humanitária. O interesse da UE em promover o tema migratório no âmbito da relação bilateral com o Brasil fez-se ainda mais concreto quando da apresentação pelo bloco, em maio de 2015, de proposta de Declaração Conjunta sobre Agenda Comum em Matéria de Migração e Mobilidade. A iniciativa se inseriu no âmbito da Abordagem Global da União Europeia de Migração e Mobilidade, adotada em 2012, a partir da percepção da União Europeia da necessidade de levar a cabo política "coerente e global" de migração, na esteira dos acontecimentos da Primavera Árabe e do sul do Mar Mediterrâneo em 2011.

TEMAS SECURITÁRIOS

34. Importante notar que a deterioração do quadro humanitário se deu paralelamente ao recrudescimento da crise de segurança interna, com o temor da ameaça terrorista disseminado após os ataques à redação do jornal Charlie Hebdo e a supermercado Kosher, em Paris, em janeiro de 2015, o qual se viria a agudizar em novembro, com a série de novos ataques perpetrados na capital francesa, coordenados em solo belga, e, meses depois, em março deste ano, com os atentados ao aeroporto internacional e a estação de metrô de Bruxelas.

35. Tais ataques fizeram crescer a percepção de vulnerabilidade no continente, em decorrência da acrescida capacidade de mobilização de nacionais europeus por redes islamistas radicais. O tema alcançou centralidade no debate europeu, tanto no contexto da União Europeia, quanto no âmbito dos Estados-membros. Vistos como ataques aos valores fundamentais europeus, contra a liberdade de expressão e contra a democracia, os atentados motivaram a busca pelas autoridades da UE do fortalecimento da política da União Europeia de contraterrorismo. Nesse quadro, tornavam-se cada vez mais expostas as divergências no plano da União Europeia relacionadas ao equilíbrio entre o fortalecimento do arsenal securitário do bloco e a preservação das liberdades civis, com a crescente pressão em favor de medidas como o estabelecimento de um Registro de Identificação de Passageiros europeu (PNR, na sigla em inglês), o qual acabou por ser aprovado pelo Parlamento Europeu em abril passado, somadas a iniciativas voltadas a fortalecer o controle das fronteiras externas e a ações de combate à radicalização e ao extremismo na internet.

36. Longe de se esgotar nos planos da União Europeia e regional, a questão deverá receber crescente atenção no contexto das relações da UE com o Brasil, conforme deixa patente o interesse manifestado pela EUROPOL, agência europeia responsável por aplicação da lei, em 2014, de firmar acordo estratégico de cooperação policial com o País. O correspondente projeto de decisão do Conselho da UE recebeu a aprovação do Parlamento Europeu em março de 2016 e, tão logo formalmente autorizado pelo Conselho, o instrumento poderá ser proposto à parte brasileira, firmado e ter vigência imediata.

CONJUNTURA MACROECONÔMICA

37. Nos últimos três anos, têm sido complexos os desafios da UE em matéria de política macroeconômica e financeira, ainda que a fase mais aguda da crise de anos anteriores já tenha sido superada. O maior bloco mundial enfrenta dificuldades para firmar a lenta e modesta recuperação econômica em caminho sustentável, restaurar a confiança dos investidores e preservar a estabilidade do sistema financeiro. Tais desafios deverão continuar no horizonte do bloco pelos próximos anos. A recente decisão popular no Reino Unido de abandonar a UE agravou significativamente o quadro de adversidades, já afetado, desde 2015, pela crise na Grécia e os

riscos de fragmentação do espaço "Schengen" de livre circulação, em decorrência da crise de refugiados e das ameaças de terrorismo.

38.O passivo socioeconômico da crise econômico-financeira ainda é tangível em muitos países, podendo-se comprová-lo no desemprego (10,1% na média da zona do euro, em maio de 2016), no endividamento dos setores público e privado (90,7% na média da zona do euro, no fim de 2015) e na vulnerabilidade de muitos bancos, altamente expostos à inadimplência. A desaceleração dos mercados emergentes e o embargo russo ao setor agrícola são fatores externos adversos ao processo de recuperação e crescimento econômico. Tais circunstâncias somam-se a problemas internos, como o envelhecimento da população europeia, as críticas eurocéticas ao projeto de integração e as diferenças notáveis entre os Estados-membros no tratamento devários assuntos da pauta econômico-financeira, como política fiscal, política monetária e regulamentação dos bancos.

39.A recuperação europeia encontra-se em seu quarto ano consecutivo, movida pela demanda doméstica; contudo, é ainda frágil, mesmo na comparação com outras economias desenvolvidas egressas da crise, como os Estados Unidos. Como consequência desse quadro, a taxa média de desemprego tem decrescido nos últimos três anos, porém em ritmo lento, e ainda há disparidades entre Estados-membros, inclusive entre as maiores economias. Além disso, o índice de inflação, com tendência de queda nos últimos quatro anos, continua em níveis persistentemente baixos (+0,1% nos 12 meses até junho na zona do euro). Essa situação tem representado exigente teste de credibilidade para as autoridades monetárias do continente, em especial o Banco Central Europeu (BCE), no cumprimento de seu mandato de estabilidade de preços. O contexto de baixa inflação, explicável em parte pelos baixos preços do petróleo no mercado internacional, levou o BCE a superar divisões decisórias internas e introduzir série de significativos estímulos monetários, incluindo programa de compras de títulos de dívida pública e privada ("quantitative easing").

40.Segundo analistas, o ativismo do BCE no apoio à recuperação não tem sido, entretanto, complementado a contento por outras políticas econômicas, como a fiscal e as reformas estruturais. A ausência dessa contribuição decisiva encontra diversas explicações, como o fato de essas políticas não estarem plenamente integradas no nível europeu e, portanto, as decisões estarem fragmentadas entre os diversos Governos

(diferentemente da política monetária), a escassez de apoio popular às reformas estruturais e certa descoordenação entre os Estados-membros no processo de consolidação das finanças públicas. Ainda que tenha sido fortalecida a coordenação macroeconômica na UE, entende-se haver espaço para melhora nos exercícios de monitoramento coletivo.

41. Não obstante os questionamentos ao princípio de 'ever closer Union', alguns projetos de integração e de coordenação econômico-financeira na Europa lograram avançar. Podem ser citados: a harmonização da regulamentação dos bancos e a criação da União Bancária (com o objetivo primordial de reduzir as chances de crises bancárias e mitigar o efeito de contágio das finanças dos bancos para as finanças públicas); a União dos Mercados de Capitais (que visa a diversificar as fontes de financiamento para as empresas e reduzir a alta concentração da intermediação financeira sobre os bancos na Europa); o Plano de Investimentos (com a finalidade de eliminar a insuficiência de investimentos para projetos de infraestrutura, de alto risco e longa maturação); e a cooperação administrativa para fins tributários (voltada a estimular a transparência e anular as práticas agressivas adotadas por multinacionais para minimizar seu passivo de impostos).

42. No âmbito das relações bilaterais, o Diálogo sobre Questões Macroeconômicas e o Diálogo sobre Serviços Financeiros foram realizados, pela última vez, em 2013, no Brasil. Caberia, como perspectiva de futuro, seguir trabalhando junto ao lado europeu, a quem caberia, em princípio, sediar as próximas edições, de modo a retomar o processo, preferencialmente antes da próxima reunião da Comissão Mista Brasil-UE.

43. Além das instituições principais da UE, sediadas em Bruxelas, como a Comissão Europeia, a Missão também procurou estabelecer ou aprofundar contatos com organismos econômicos e financeiros vinculados ao bloco, tais como o Banco Europeu de Investimentos (BEI), sediado em Luxemburgo, e o BCE, sediado em Frankfurt. O BCE e o Banco Central do Brasil assinaram, em abril de 2016, memorando de entendimento sobre cooperação. Quanto ao BEI, o Brasil figura como o principal beneficiário de financiamento extrarregional do Banco na região da América Latina, mas, diferentemente dos outros países dos BRICS, não conta, em seu território, com escritório regional da instituição europeia, tema que poderia merecer trabalho futuro.

COMÉRCIO

44. Nos últimos anos, a corrente comercial entre o Brasil e a União Europeia refletiu a tendência mundial de desaceleração do comércio exterior, bem como as conjunturas econômicas desafiadoras enfrentadas por ambos os parceiros e também algumas decisões específicas, como a reforma do Sistema Geral de Preferências comerciais da UE, em 2014, que excluiu da lista de países beneficiários aqueles que - como o Brasil - são classificados pelo Banco Mundial como de renda média alta ou renda alta. Após alcançar quase 100 bilhões de dólares em 2011, a corrente bilateral vem caindo nos últimos anos e somou 70,6 bilhões de dólares em 2015, sendo 33,9 bilhões correspondentes a exportações brasileiras e 36,6 bilhões a importações (dados do MDIC). Nos cinco primeiros meses deste ano, a queda mais pronunciada em suas importações vem levando o Brasil a retomar sua tradicional posição superavitária. Durante a gestão da embaixadora Vera Machado, o marco principal na área comercial foi a exitosa retomada das negociações comerciais correspondentes ao Acordo de Associação Mercosul-UE, por meio de troca de ofertas iniciais de acesso a mercados, realizada em 11 de maio do corrente, a primeira troca ocorrida desde 2004. A troca foi estimulada por contatos em nível de negociadores, realizados em 2014 e 2015, e por encontros políticos, como a Reunião Ministerial Mercosul-UE, mantida à margem da II Cúpula CELAC-UE, em junho do ano passado. Com vistas à confirmação da troca, a embaixadora Vera Machado realizou diversas gestões junto a representantes da Comissão Europeia (Direção-Geral de Comércio e Direção-Geral de Agricultura), do Serviço Europeu de Ação Exterior, do Parlamento Europeu e das delegações dos Estados membros da UE nesta capital.

Houve ainda gestões junto ao setor privado, com o intuito de contrabalançar as pressões do setor agrícola europeu, e também um esforço de coordenação frequente com as Missões dos demais países do Mercosul em Bruxelas. A continuidade das negociações será um dos principais desafios futuros da Missão do Brasil junto à União Europeia, tendo em vista, sobretudo, as reações de alguns produtores europeus à competitividade do agronegócio brasileiro.

45. Em marco mais amplo, esta Missão vem acompanhando a evolução da política comercial da União Europeia, tanto em suas formulações conceituais, de que serve como exemplo a nova estratégia

comercial da Comissão Europeia, "Trade for All", lançada em outubro de 2015, quanto nas negociações mantidas pela UE com terceiros países. Neste último caso, o destaque, devido ao seu potencial impacto global, corresponde às tratativas da Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimentos (TTIP) com os EUA, mas outros processos foram também informados e analisados de modo contínuo, servindo como exemplos os acordos concluídos recentemente com Canadá, Vietnã e Cingapura, as discussões sobre a atualização dos instrumentos já celebrados com o México e o Chile e a proposta de futuras negociações com a Austrália e a Nova Zelândia. Cabe destacar, nesses exercícios, o modo como a Comissão busca consolidar um novo modelo de acordo comercial, caracterizado por recorte temático abrangente e defesa de concessões simétricas de acesso, independentemente do nível de desenvolvimento das partes contratantes. Esta nova orientação poderá influenciar a postura europeia nas negociações com o Mercosul.

46. Para além das negociações bilaterais ou birregionais, mereceram acompanhamento do posto o posicionamento europeu em negociações multilaterais, como a Rodada de Doha e o Pacote de Bali da OMC, bem como, dentro das atribuições específicas da Missão, temas como o painel iniciado pela UE, na OMC, sobre medidas tributárias brasileiras. Outra área focada pelo setor econômico do posto foi a de defesa comercial. Procurou-se aportar celeridade ao intercâmbio de notificações sobre abertura e demais fases do processo de investigações antidumping da Comissão Europeia contra produtos brasileiros. No caso específico da investigação para revisão de final de período das medidas antidumping contra as importações de lâminas de alumínio provenientes do Brasil, foi realizada gestão junto à Comissão Europeia e foi mantido contato estreito com o escritório de advocacia que defendeu a indústria brasileira de alumínio. O resultado da investigação foi positivo para o Brasil, ao encerrar a imposição de medidas contra o produto brasileiro. Atualmente, estão em curso investigações antidumping contra certos óxidos de manganês e certos produtos de ferro e aço planos laminados a quente, que poderão afetar o Brasil e são objeto, novamente, de monitoramento pela Missão.

47. Ainda no campo da defesa comercial, este posto vem informando sobre os instrumentos à disposição da Comissão Europeia e a discussão em curso na UE sobre sua eventual reforma, de modo a assegurar maior rapidez e eficácia, particularmente relevantes para a indústria siderúrgica,

em contexto de crescimento dos excedentes globais de produção. Acompanhou-se o debate legislativo sobre o tema iniciado em 2013 e ainda em curso. Neste contexto de exame dos instrumentos de defesa comercial disponíveis e de crescimento dos excedentes da produção de aço, a Missão acompanha e informa sobre o acirrado debate, na UE, referente ao eventual reconhecimento da China como economia de mercado, para efeitos de investigações antidumping.

48.Vale comentar a atuação do posto no Subcomitê Brasil-UE de Temas Econômicos e Comerciais, instrumento da Parceria Estratégica bilateral. Seja por meio de participação ativa durante as reuniões que aconteceram nesta capital, seja por meio do envio de subsídios para as reuniões realizadas em Brasília, a Missão colaborou para aperfeiçoar o Subcomitê como instância para a solução de questões comerciais, bem como para a identificação de novas oportunidades de trabalho conjunto.

49.Tem sede na jurisdição do posto a Organização Mundial de Aduanas (OMA), entidade que define os padrões aduaneiros globais, com o intuito de estimular o comércio e combater atividades fraudulentas. Sem descuidar de suas tarefas técnicas tradicionais, a OMA vem incorporando à sua agenda a discussão de novos temas, como o comércio eletrônico e o terrorismo. Ademais, a organização vem se aprimorando, por demanda dos membros, no papel de fortalecimento de capacidades, o que poderá ser importante para a implementação eficaz do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC. A Missão do Brasil junto à União Europeia participou ativamente das sessões, representando o Brasil ou assessorando delegações da Receita Federal em encontros do Conselho de Cooperação (órgão plenário da OMA), Comissão de Política, Comitê de Auditoria e Grupo sobre Contrafação e Pirataria. Diplomatas da Missão participaram, também, das frequentes reuniões dos representantes aduaneiros dos BRICS baseados em Bruxelas, para o intercâmbio de opiniões e coordenação de posições sobre os temas da OMA.

50.No período em que a embaixadora Vera Machado esteve à frente do posto, o candidato brasileiro Ernani Checcucci, então Subsecretário de Aduanas e Relações Internacionais da Receita Federal, foi eleito para mandato de cinco anos (2016-2020) à frente da Diretoria de Fortalecimento de Capacidades da OMA, com forte apoio do Itamaraty e desta Missão, por meio de gestões junto a todos os membros da organização. A embaixadora engajou-se pessoalmente nesse pleito, podendo testemunhar, ao longo da

sessão plenária durante a qual ocorreu a eleição, o alto conceito de que goza o Brasil no seio da OMA. Cabe assinalar que a preservação de tal quadro favorável exige, entre outros elementos, a continuidade dos pagamentos das contribuições ordinárias à organização.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

51. Nos últimos três anos, a UE continuou proativa na área de propriedade intelectual (PI). As iniciativas legislativas adotadas pelo bloco, nesse período, incluem a reforma do sistema de marcas, o aprimoramento do sistema de gestão coletiva de direitos autorais, a regulamentação do serviço de licenciamento de obras musicais 'online' e a proteção de informações confidenciais com valor comercial das empresas. Além disso, a Comissão vislumbra possíveis leis para harmonizar a proteção de indicações geográficas de produtos não agrícolas e modernizar o sistema de direitos autorais. O novo projeto da "patente unitária", adotado em 2012, ainda não entrou em vigor, por insuficiência de ratificações. A decisão britânica de abandonar a UE deverá atrasar o cronograma da patente unitária, uma vez que o Reino Unido era um dos atores centrais da iniciativa.

52. Como parte de sua estratégia internacional, a Comissão Europeia publicou, em julho de 2015, relatório bienal sobre o grau de proteção de PI em terceiras jurisdições. A China, apontada como a principal origem de produtos falsificados no mundo, e a Índia continuam sendo a principal fonte de preocupações para o bloco. O Brasil permaneceu com sua posição inalterada na categoria 3 de prioridade, atrás da China (categoria 1), Índia, Argentina, Rússia e Turquia (categoria 2) e junto com outros onze países (incluindo o Canadá, os Estados Unidos e países latino-americanos, como Equador e México).

53. Na vertente bilateral, o Brasil continua mantendo discussões construtivas sobre PI com a UE, no marco do Diálogo informal anual. Esta Missão tem buscado contribuir com o objetivo brasileiro de assegurar equilíbrio aos debates. O posto também realizou numerosas gestões junto às instituições da UE sobre a nova legislação europeia de marcas, para ressaltar a importância de preservar o trânsito de mercadorias legítimas, sobretudo medicamentos, pelo território da UE. Nos últimos dois anos, a Missão também manteve interlocução fluida sobre o tema com a

Organização "Médicos sem Fronteiras", entidade diretamente interessada no acesso de países em desenvolvimento a medicamentos de baixo custo.

54. Na vertente multilateral, esta Missão tem representado o Brasil no Grupo sobre Contrafação e Pirataria da Organização Mundial de Aduanas (Grupo CAP/OMA), trabalhando para fortalecer o intercâmbio de experiências entre autoridades aduaneiras. Serve como exemplo adicional da atuação do posto na agenda de combate à contrafação e à pirataria da OMA a participação na divulgação de resultados da Operação "Gol 14", ocorrida no País e em vizinhos latino-americanos, no contexto da Copa do Mundo de Futebol, e que resultou na apreensão aduaneira de milhares de mercadorias falsificadas.

AGRICULTURA

55. Entre 2013 e 2016, o Brasil manteve-se como principal fornecedor de produtos agrícolas e alimentícios para a UE, com parcela de mercado variando entre 11,5% e 13%. Nesse período, o agronegócio respondeu, em média, por aproximadamente 50% das exportações totais do Brasil para a UE, tendo o país obtido sempre saldos consideráveis no comércio bilateral de produtos agrícolas. Em 2015, as exportações brasileiras de produtos agrícolas para a UE chegaram a US\$ 18,2 bilhões, com saldo de US\$ 15,7 bilhões nesse setor.

56. Tais dados têm como reflexo acentuada sensibilidade do setor agrícola europeu com relação à produção brasileira, vista como extremamente competitiva em setores especialmente sensíveis da agricultura europeia, como os de carnes e açúcar. Isto afeta as condições de acesso dos produtos brasileiros ao mercado europeu. Os anseios dos agricultores europeus, frise-se, passam por recrudescimento no momento atual, por conta de seu entendimento, reiteradamente divulgado, de que o setor estaria passando por uma conjuntura de crise, cujos efeitos, consubstanciados principalmente na redução dos preços recebidos pelos produtores, são atribuídos ao impacto cumulativo do embargo russo sobre exportações europeias de produtos agrícolas e alimentícios e da entrada em vigor de medidas específicas com caráter liberalizante no âmbito da última reforma da Política Agrícola Comum (PAC), concluída em 2013.

57. Foi profícuo o relacionamento bilateral na área agrícola durante esses últimos três anos. Observou-se significativo estreitamento dos

contatos no nível técnico entre os dois lados, com a realização, em Bruxelas, da IV e da V reuniões do Mecanismo de Consultas em Questões Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), em junho de 2014 e outubro de 2015, respectivamente, e a II reunião do Diálogo em Agricultura, também em outubro de 2015. Com o importante estímulo da visita da então Ministra Kátia Abreu a Bruxelas, em maio de 2015, foi ainda inaugurada nova dinâmica nas relações bilaterais em temas SPS. Entre 2013 e 2016, garantiram-se avanços para o acesso dos produtos agrícolas brasileiros ao mercado europeu, entre os quais: a habilitação de novas áreas para a exportação de carne bovina termoprocessada e "in natura"; a exclusão do limão "tahiti" (*Citrus latifolia* Tanaka), principal fruta cítrica exportada pelo Brasil para a UE, das medidas emergenciais de importação de cítricos com relação à doença da "pinta preta"; a revisão da regionalização aplicada ao Brasil para o trânsito de equídeos com relação ao mormo, de modo a permitir a participação dos cavalos europeus nas competições equestres dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos deste ano; e a aprovação da soja geneticamente modificada "Cultivance", desenvolvida, em conjunto, pela Embrapa e pela multinacional do setor químico BASF, para uso em alimentos e rações.

58. Pleitos importantes do lado brasileiro, contudo, permanecem pendentes de resolução, como o interesse na abertura do mercado europeu para exportações brasileiras de carne suína, cuja efetivação esbarra na proibição, pela UE, da utilização da substância beta-agonista ractopamina. Diante da estrutura tarifária do bloco europeu, contudo, vale registrar que ampliação expressiva das vendas brasileiras dependeria, principalmente, de ações que se desdobram no plano das negociações comerciais multilaterais ou entre o Mercosul e a UE. Outro aspecto que deverá continuar a ser acompanhado com atenção nos próximos anos, em razão de seu potencial de impacto sobre o comércio de produtos agrícolas, refere-se aos desdobramentos de regulamentos da União Europeia sobre a aplicação de certas tecnologias e práticas à produção agrícola, tal como nos casos de organismos geneticamente modificados, pesticidas e clonagem animal, por exemplo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

59.O tema do desenvolvimento sustentável tem sido objeto de crescente interesse, não apenas das instituições da União Europeia, mas também da sociedade civil, do mundo acadêmico e da esfera empresarial. Nota-se sua crescente aproximação às agendas de comércio, segurança e ciência e tecnologia do bloco. Dessa forma, o tratamento da União Europeia da matéria tem se tornado cada vez mais transversal.

60.Certas iniciativas da União Europeia na área de desenvolvimento sustentável demandam especial atenção do Brasil. Serve como exemplo o Regulamento sobre Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Químicos (REACH, na sigla em inglês), em vigor desde 2007, que tem atraído preocupação de terceiros países, uma vez que poderia afetar severamente produção e comércio de uma vasta gama de mercadorias. Em linhas gerais, o REACH representa um sistema de normatização da produção, comercialização e uso de substâncias químicas, produzidas na UE ou importadas, por razão de seus possíveis impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Tendo em vista que a UE concentra o 2º maior mercado e a maior indústria química mundial, o sistema REACH afeta interesses globais nos âmbitos comercial, legal, tecnológico, ambiental e de saúde pública. A Missão manteve contato constante com representantes da Direção-Geral de Meio Ambiente da Comissão Europeia, com vistas a expressar a perspectiva brasileira e acompanhar o calendário de implementação da iniciativa. Participou, ainda, de eventos organizados pela Critical Raw Materials Alliance, que congrega empresas, potencialmente afetadas pelo REACH, sediadas em diversos países. Nesses eventos, realizados no Parlamento Europeu, a Missão pode não apenas acompanhar as discussões entre as autoridades europeias e representantes do setor privado, mas também expressar as preocupações brasileiras quanto ao tema.

61.A principal iniciativa do relacionamento Brasil-UE no âmbito de meio ambiente e desenvolvimento sustentável é o Diálogo de Alto Nível sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável. O mecanismo constitui importante ferramenta para troca de informações e debate de temas relevantes da agenda internacional. Sua última reunião ocorreu em janeiro de 2014, em Brasília.

62.As políticas da União Europeia para o setor de energia são orientadas por três objetivos principais: garantir a segurança energética, o que implica ações intra e extra-bloco para assegurar suprimento contínuo e confiável; buscar ganhos de competitividade, por meio da redução de custos; e alavancar a sustentabilidade, pela redução da emissão de gases de efeito estufa e menor dependência de combustíveis fósseis. Os desafios para a consecução de tais prioridades, porém, são significativos. Pouco mais da metade da necessidade europeia de energia é suprida por fontes externas. A dependência europeia de importações de energia aumentará até 2030, chegando a 56,4%, de acordo com estimativas da Comissão Europeia. O principal fornecedor externo é a Rússia, responsável por 41% das importações de gás e 33% das importações de petróleo da UE (calculadas por valor), o que acentua o desafio da União Europeia, tendo em vista os irritantes no relacionamento do bloco com o referido país. Além disso, cabe registrar a dificuldade, por razões técnicas e políticas, de integrar as redes físicas europeias de distribuição, o que gera fragmentação no mercado da União Europeia de energia.

63.Entre as diversas iniciativas recentes empreendidas para atingir os objetivos traçados pela UE, a União Energética constitui a mais ambiciosa e abrangente. A União Energética representa, essencialmente, um guarda-chuva para diferentes iniciativas já existentes e/ou planejadas. Em termos políticos e normativos, pode-se afirmar que todas as suas cinco dimensões - segurança energética, solidariedade e confiança, mercado interno, eficiência energética e descarbonização da economia - já foram exploradas em outros dispositivos. Mas, em termos práticos, pode-se igualmente afirmar que a União Energética considera novos elementos concretos, como, por exemplo, a centralização de governança do mercado de energia europeu.

64.O Brasil é constantemente mencionado pela Comissão como parceiro estratégico nas ações de cooperação internacional no setor. A entidade também confere prioridade ao incremento do diálogo com o Brasil em temas como inovação e pesquisa de tecnologias de produção de energia sustentável, inclusive biocombustíveis, regulação de mercados e eficiência energética. A cooperação bilateral no setor de energia decorre, em particular, de iniciativas gestadas nos encontros de alto nível e no âmbito do Diálogo Regular sobre Política Energética entre o Brasil e a UE, cujo último encontro foi realizado em fevereiro de 2014. Tema de especial

interesse para o Brasil, no âmbito do relacionamento bilateral, decorre da diretiva comunitária que estabelece os critérios para a celebração de acordos bilaterais de sustentabilidade para biocombustíveis com terceiros países. Nesse contexto, a percepção brasileira é de que a produção de etanol no Brasil logra o mesmo resultado de sustentabilidade da produção europeia, o que permitiria, portanto, a assinatura de acordo de equivalência de critérios de sustentabilidade. No entanto, a UE apresenta resistência em avançar no tema. Ainda na esfera das energias renováveis, estão em curso, nas instituições da União Europeia, discussões referentes à revisão da diretiva sobre fontes renováveis, que estabelecerá novos objetivos do bloco para o período pós-2020. Este processo é altamente relevante para os interesses brasileiros, o que justifica esforço constante de acompanhamento por parte deste posto.

65.Cabe destacar, ainda, que o processo de construção da usina de Belo Monte foi objeto de grande interesse, de maneira geral com viés negativo, por parte das autoridades da União Europeia, bem como de ONGs e da opinião pública europeia. Nesse contexto, a Missão desempenhou papel ativo no sentido de esclarecer a importância estratégica de Belo Monte para o desenvolvimento do Brasil, bem como para apresentar as iniciativas de proteção ambiental e social associadas ao projeto.

66.Em matéria de mudança do clima, a UE tem pautado sua atuação pela defesa de um regime multilateral "verdadeiramente global e eficaz", o que implica, em sua visão, compromissos legalmente vinculantes de mitigação para países desenvolvidos e países em desenvolvimento; maior convergência dos compromissos de mitigação dos países desenvolvidos e dos grandes países em desenvolvimento; e avaliação de adequação do esforço global, de modo a assegurar o cumprimento do objetivo de manter o aquecimento global abaixo de dois graus centígrados. Nas negociações da UNFCCC, que culminaram no Acordo de Paris, a UE orientou-se pela perspectiva de se alcançar um instrumento legalmente vinculante e de aplicação global. Apresentou proposta ambiciosa de contribuição nacionalmente determinada (INDC), cujo elemento central é o compromisso de redução das emissões de gases de efeito estufa em 40% até 2030, frente ao patamar de 1990. A UE participou ativamente da COP 21, inclusive por meio de entendimentos com o Brasil, o que contribuiu para elevar o nível de ambição das negociações. 67.No plano das relações

bilaterais, o Diálogo de Alto Nível Brasil-UE sobre Mudança do Clima, realizado pela última vez em 2014 com uma atualização informal em 2015, tem se apresentado como importante mecanismo de troca de informações, esclarecimentos e aproximação entre as partes. Os contatos entre Brasil e UE têm sido um importante fator para o progresso das negociações no âmbito da UNFCCC. Adicionalmente, o diálogo oferece espaço para abordar temas específicos de interesse nacional, como o potencial dos biocombustíveis para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes.

OUTROS TEMAS ECONÔMICOS

68.Em 2015, o Brasil foi o oitavo maior importador de serviços da União Europeia (14,0 bi, 1,5%) e o nono maior exportador para a UE (8,9 bi, 1,3%). O setor de serviços é responsável por cerca de 75% do PIB europeu e de 68% do brasileiro. O posto tem acompanhado a participação da União Europeia no processo plurilateral de negociação do Acordo sobre Comércio de Serviços (TISA), bem como o tratamento de serviços nos acordos comerciais do bloco europeu.

69.A União Europeia é o maior investidor externo no Brasil e o principal destino dos investimentos brasileiros. O estoque de investimentos estrangeiros diretos (IED) da UE no Brasil era, no final de 2014, de 343,6 bilhões de euros, sendo o país o terceiro maior receptor de recursos da UE. Os setores que mais receberam investimentos foram: extração de petróleo e gás natural; metalurgia; agricultura, pecuária e extrativismo mineral; produtos alimentícios; produtos químicos; veículos automotores; telecomunicações; serviços financeiros; e planos de saúde. O estoque de IED do Brasil na União Europeia era, por sua vez, de 113,6 bilhões de euros no fim de 2014, sendo o país o quinto maior investidor no continente europeu. Os investimentos brasileiros na UE cobrem ampla gama de setores, como: siderurgia; cimento e construção; mineração; máquinas e equipamentos; automotivo; petróleo; petroquímico; açúcar e álcool; produtos alimentícios; serviços financeiros; software; e aviação.

70.A Comissão Europeia prioriza ganhos de acesso em compras governamentais, por entender que, atualmente, apenas um quarto do mercado mundial de contratos estaria aberto à concorrência internacional.

Brasil e União Europeia iniciaram discussões sobre formas de estabelecer contatos mais regulares sobre a matéria.

71. Brasil e UE retomaram recentemente a cooperação no setor de transportes aéreos. Em dezembro de 2015, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Acordo sobre Segurança da Aviação Civil entre o Brasil e a União Europeia, firmado em julho de 2010. Na área de transportes, cabe registrar também a realização, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em março do corrente, de missão técnica a Bruxelas, focada em troca de experiências nos setores de transporte ferroviário e corredores logísticos multimodais.

72. Na área de relações empresariais, criou-se, em 2014, por ocasião da VI Cúpula Brasil-União Europeia, com participação pública e privada, o Grupo de Trabalho 'Ad Hoc' sobre Temas Econômicos, com ênfase em Investimentos e Competitividade. Outras iniciativas, como o diálogo sobre pequenas e médias empresas (PMEs), o projeto bilateral de cooperação e internacionalização de "clusters" e o programa "Connect", voltado para o intercâmbio de empreendedores entre Brasil e União Europeia, geraram resultados, mas sofreram também o efeito de fatores como, em alguns casos, a falta de financiamento por parte do lado brasileiro.

73. Dentre as atividades organizadas conjuntamente na área de defesa da concorrência, destacam-se as discussões de cunho técnico sobre cumprimento de regras de competição econômica, consideradas prioritárias pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); o intercâmbio, entre o CADE e a Direção-Geral de Concorrência da Comissão Europeia, de informações sobre desafios específicos nessa área; e os seminários sobre Defesa da Concorrência e Cooperação Internacional, desenvolvidos no âmbito do diálogo sobre cooperação administrativa em matéria de concorrência, cuja segunda edição foi realizada em maio de 2014.